

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE "PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO FINANCEIRA E BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2019"

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte (18/12/2020), na sede recreativa do ASSECAD, sito Setor de Chácara Santa Fé II, Chácara nº 29, Município de Palmas - TO, conforme Edital de convocação publicado na página nº 55 do Diário Oficial do Estado nº 5.732, de 25 de novembro de 2020, deu-se início, às 8h30min., em primeira convocação. O Presidente do Conselho Fiscal **Paulênio Azevedo Filho** cumprimentou todos com um bom dia. Posteriormente proferiu a leitura do Edital de Convocação publicado na página 55 do Diário Oficial nº 5.732, de 25 de novembro de 2020. Explicou que, conforme disposições estatutárias, art. 24, para instalação da Assembleia Geral é exigida a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos sindicalizados ao SISEPE/TO, e em segunda convocação com no mínimo, 30 (trinta) minutos após a primeira chamada, com qualquer número de presentes. Nesse sentido, explicou que, como não tem a quantidade de 2/3 (dois terços) de sindicalizados presentes como estabelece o Estatuto Social do SISEPE-TO, será reaberta às 9h00min., com o número de sindicalizados presentes. Às 9h00min., em segunda convocação conforme determina o Estatuto da Entidade, reiniciou a Assembleia Geral Ordinária pelo Presidente do Conselho Fiscal **Paulênio Azevedo Filho** com o número de sindicalizados presentes, "servidores públicos" constantes das listas de presenças anexas, para deliberar as ordens do dia como segue a pauta: 1) **DELIBERAÇÃO SOBRE O PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO FINANCEIRA E BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2019;** 2) **APRECIACÃO DE ASSUNTOS GERAIS.** O Presidente do Conselho Fiscal **Paulênio Azevedo Filho** cumprimentou novamente os presentes com um bom dia e proferiu outra vez a leitura do Edital de Convocação publicado na página 55 do Diário Oficial nº 5.732, de 25 de novembro de 2020. Ato contínuo o Presidente do Conselho Fiscal **Paulênio Azevedo Filho** ponderou sobre o art. 25, §5º do Estatuto da Entidade, que dispõe: "Art. 25. Quando convocada especialmente para julgar destituição de membro dos órgãos do sindicato, será exigida a presença da maioria absoluta dos sindicalizados em primeira convocação, ou qualquer número em segunda convocação no mínimo, 30 (trinta) minutos após a primeira chamada, e contar com o voto da maioria dos presentes. (...) § 5º - No ato da instalação das Assembleias Gerais, o Presidente da assembleia colocará para os sindicalizados presentes deliberar sobre o horário máximo de sua duração limitando o horário de encerramento". Diante disso, colocou para os presentes sobre um horário razoável para o término da Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas da Gestão Financeira e Balanço Patrimonial do Exercício de 2019, para que não fique uma Assembleia Geral interminável, ou seja, com horário de início de acordo com o edital, porém o presidente da Assembleia Geral explicou que não tem como estabelecer o horário de término, mas somente os sindicalizados que podem estabelecer um horário máximo de duração. Foi quando os presentes sugeriram apenas uma sugestão: término da Assembleia Geral Ordinária às 11h45min. Assim, o Presidente do Conselho Fiscal **Paulênio Azevedo Filho** colocou em votação aberta sobre "o término da Assembleia Geral Ordinária?". Após, em votação aberta, por aclamação, foi aprovado, por maioria dos presentes, o término às 11h45min., da Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas da Gestão Financeira e Balanço Patrimonial do Exercício de 2019. Ato seguinte o Presidente do Conselho Fiscal **Paulênio Azevedo Filho** solicitou aos sindicalizados mesários voluntários para conduzir a votação, nesse sentido, se disponibilizaram e foram inscritos 03 (três) mesários voluntários para conduzir a votação: 1. José Carlos Ribeiro de Souza; 2. Rosana Maria Martins Fernandes Moraes; 3. Iracilda Nunes da Silva Souza; 4. Aparecida de Faria Fernandes; 5. Percicleon Alves Rocha. Ato seguinte o Presidente do Conselho Fiscal **Paulênio Azevedo Filho** passou a apresentação em formato "PowerPoint" - "slide" da "**CARTILHA EXPLICATIVA. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO DE 2019**", com 16 (dezesseis) laudas, entregue a todos os presentes, constando as demonstrações emitidas pela contabilidade, proferindo a leitura da: "**PALAVRA DO CONSELHO FISCAL: ENTENDA A PRESTAÇÃO DE CONTAS; BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019; DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO EM 31/12/2019; DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31/12/2019; CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO; NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FIMDO EM 31/12/2019; PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2019; RELATÓRIO DO AUDITOR DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**" conforme seguem:



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DESCRIÇÃO	2019	2018
ATIVO	4.489.190,48	12.476.712,42
ATIVO CIRCULANTE	282.952,35	317.860,45
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.227,94	42.301,12
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	26.439,67	30.642,60
MENSALIDADE A RECEBER	245.877,64	263.404,58
OUTROS CRÉDITOS	3.186,79	2.733,76
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	1.050,23	2.226,79
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS DIRIGENTES	1.539,13	125,47
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	597,43	381,50
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	4.659,98	9.420,99
DESPESAS DE MESES SEGUINTE	4.659,98	9.420,99
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.206.238,13	12.158.851,97
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.786,17	8.786,17
DEPÓSITOS JUDICIAIS	8.786,17	8.786,17
INVESTIMENTOS	2.297.823,23	2.292.505,09
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	8.688,59	3.370,45
OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	2.289.134,64	2.289.134,64
IMOBILIZADO	1.899.629,73	1.857.591,73
BENS E DIREITOS EM USO	1.792.297,64	1.710.779,29
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	883.734,36	883.734,36
(-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL.	(776.403,27)	(736.921,92)
ATIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS		7.999.968,98
PASSIVO	4.489.190,48	12.476.712,42
PASSIVO CIRCULANTE	145.090,49	177.432,27
EMPÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	50.352,30	
FORNECEDORES	26.775,06	4.537,90
CARTÕES DE CRÉDITO/CONVÊNIOS A PAGAR	152,10	1.221,08
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	53.961,96	65.623,22
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	53.961,96	65.623,22
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	7.182,81	100.557,63
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	1.617,55	
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	1.614,35	13.222,89
PROVISÕES	3.950,91	87.334,74
SEGUROS	6.818,36	6.713,52
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	154.710,62	67.824,66
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	154.710,62	67.824,66
PASSIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	154.710,62	67.824,66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.189.389,77	12.231.455,49
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.505.850,14	11.301.895,83
RESERVAS / AVALIAÇÃO E AJUSTE PATRIMONIAL	1.640.813,14	1.710.090,18
SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	42.726,09	(761.385,52)

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E DO DEFICIT DO EXERCÍCIO EM 31/12/2019

RECEITAS OPERACIONAIS	2.724.729,52
MENSALIDADE	2.724.729,52
DEDUÇÕES DA RECEITA	(966,96)
(-) DEVOLUÇÃO DE MENSALIDADE	(966,96)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	2.723.762,56
CUSTOS OPERACIONAIS	(1.070.020,57)
DIRETORIA REGIONAL DE ARAGUAÍNA	(219.643,22)
DIRETORIA REGIONAL DE GURUPI	(234.952,90)
DIRETORIA REGIONAL DE PORTO NACIONAL	(139.488,34)
DIRETORIA REGIONAL DE TAGUATINGA	(234.859,91)
DIRETORIA REGIONAL DE PALMAS	(146.339,24)
DIRETORIA REGIONAL DE ARAGUATINS	(124.824,96)
FUNDOS OPERACIONAIS	(32.152,93)
FUNDO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	(19.841,68)
FUNDO DE MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA	(12.311,25)
SUPERÁVIT (DEFICIT) BRUTO	1.621.581,06
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.735.630,13)
DESPESAS COM PESSOAL	(167.436,63)
ENCARGOS TRABALHISTAS - ADM	(69.525,76)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(10.987,69)
UNIDADE ADMINISTRATIVA - DESPESAS GERAIS	(1.430.289,39)
DESPESAS FINANCEIRAS	(14.351,50)
CONSELHO FISCAL	(23.039,16)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	57.529,18
REVERSÃO DE PROVISÃO	57.529,18
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(56.519,89)
RECEITAS FINANCEIRAS	5.495,50
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	4,43
JUROS POUANÇA	55,69
RECEITA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO	1.263,40
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	4.171,97
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	93.750,48
GANHO COM AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9.362,52
SUPERÁVIT NA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	31.730,64
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS TRABALHISTAS	4.429,94
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS GERAIS	2.989,31
ATIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	45.238,07
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	42.726,09

Handwritten signature/initials



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS

Trabalhando em defesa do Servidor



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31/12/2019

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Valores Recebidos de Mensalidade	R\$ 2.759.112,73
Valores Recebidos de Contribuição Compulsória	R\$ 1.963,29
Outras Receitas	R\$ 24.410,72
Valores pagos na Unidade Administrativa	(1.776.180,85)
Valores pagos no Fundo de Qualificação Profissional	(7.350,00)
Valores pagos no Fundo de Mobilização da Categoria	(3.171,51)
Valores pagos na Diretoria Regional de Palmas	(134.150,81)
Valores pagos na Diretoria Regional de Araguaína	(206.417,54)
Valores pagos na Diretoria Regional de Gurupi	(195.054,34)
Valores pagos na Diretoria Regional de Porto Nacional	(139.402,62)
Valores pagos na Diretoria Regional de Taguatinga	(189.209,42)
Valores pagos na Diretoria Regional de Araguaia	(94.267,69)

CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES

R\$ 40.272,96

FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS

R\$ 40.272,96

Recebimentos de lucros e dividendos

R\$ 631,73

CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

R\$ 40.904,69

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Compras de imobilizado - Gurupi (2.487,77)

Compras de imobilizado - Palmas (51.423,60)

Compras de imobilizado - Porto Nacional (397,99)

Compras de imobilizado - Araguaia (1.613,00)

Aquisição de ações/cotas (300,00)

Recebimentos por vendas de ativos permanentes R\$ 355,25

Rendimentos de Aplicação Financeira e Poupança R\$ 3.889,21

CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

(53.977,87)

Redução nas Disponibilidades (13.073,18)

DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO R\$ 42.401,12

DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO R\$ 29.327,94

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

HISTÓRICO	PATRIMÔNIO	REAValiação	SUPERÁVIT	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	11.301.895,83	1.710.898,18	(781.300,52)	12.231.493,49
Resultado do Exercício			42.726,09	42.726,09
Ajuste de Exercícios Anteriores	(8.075.429,69)			(8.075.429,69)
Incorporação de Reavaliação de Ativos	60.722,52	(70.085,64)		(9.363,12)
Saldo em 31/12/2019	11.287.088,66	1.640.812,54	(738.574,43)	12.189.326,77

5

63 99239-4990 



Empresa: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS
CNPJ: 26.752.436/0001-20 Folha: 0001 Número livro: 0025

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Palmas, 31 de Dezembro de 2019.

A SUPREMA CONTABILIDADE LTDA - ME/CRC N.º 4814/0
Endereço: Quadra 404 Sul Avenida LO 11, nº 0, CEP nº 77021-640 Palmas, TO.

Prezados Senhores,

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ 26.752.436/0001-20, que as informações relativas ao período base 31/12/2019, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente a legislação vigente;
- (c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;
- (d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e pertencem a realidade do período encerrado em 2019;
- (e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado J, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetem até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- (a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- (c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

CLEITON LIMA PINHEIRO
PRESIDENTE
CPF: 580.094.361-45



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins – SISEPE-TO, fundada no dia 05 de dezembro de 1991, com sede em Palmas - TO, é uma entidade sindical, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da categoria profissional dos Trabalhadores.

A Entidade tem por objetivos:

A Entidade tem por objetivos:

- I - Congregar e representar os sindicalizados na defesa de seus direitos e interesses, tanto profissionais como de natureza salarial, coletivos e individuais, em qualquer nível, podendo para tanto, intervir e praticar todos os atos na esfera administrativa, judicial ou extrajudicial;
- II - Pagar pelo aperfeiçoamento profissional e promover a valorização das categorias representadas;
- III - Promover assistência jurídica aos sindicalizados;
- IV - Promover parcerias e convênios com terceiros a fim de beneficiar os sindicalizados com descontos diferenciados;
- V - Buscar a integração com as organizações de trabalhadores em geral, especialmente com as de servidores e empregados públicos federais, estaduais e municipais;
- VI - Promover a divulgação de temas de interesse das categorias, participar de eventos que visem a melhoria e o aperfeiçoamento das categorias representadas;
- VII - Estimular a organização e politização das categorias;
- VIII - Acompanhar todos os procedimentos administrativos, judiciais e extrajudiciais, pertinentes aos sindicalizados, zelando pela regularidade processual, na defesa de direitos compatíveis com o interesse geral das categorias;
- IX - Firmar acordos, convênios com os poderes públicos e instaurar dissídios coletivos perante o Judiciário, nos casos pertinentes;
- X - Desenvolver políticas contra qualquer prática de assédio moral, sexual, discriminação racial, religiosa e homofóbica, em toda a extensão das categorias representadas pelo sindicato.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade, NBC ITG 2002, a qual trata, em específico, dos aspectos contábeis das entidades sem finalidade de lucro, bem como para a convergência da contabilidade aos padrões internacionais. Observados os aspectos da ITG 1000, bem como os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações Técnicas e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Apresentação das Demonstrações Contábeis aprovada pelo CPC e ao Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais – unidade de moeda brasileira e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas, CPC PME, emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), exceto quanto ao critério de avaliação pela totalidade dos ativos classificados no grupo não circulante nas contas mobilizado, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir:



2.1 As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras que estão registradas pelo seu valor justo. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis.

Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da administração.

As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alteram. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas adotadas pelo Sindicato se referem à constituição de provisões.

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. O ativo circulante está demonstrado em seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício.

DISPONIBILIDADES	VALOR
Caixa	R\$ 60,47
Caixa Econômica Federal C/C	R\$ 2.726,84
Banco Sicredi C/C	R\$ 1,00
Banco do Brasil - Aplicação Financeira I	R\$ 3.234,28
Banco do Brasil - Aplicação Financeira II	R\$ 8.100,14
Banco Sicredi - Aplicação Financeira I	R\$ 15.078,33
Caixa Econômica Federal	R\$ 26,92
TOTAL	R\$ 29.227,94

www.sisepeto.org.br



@sisepeto



63 3215-2148

Endereço: Quadra 103 Sul, Avenida LO-1,



As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

2.3 CRÉDITOS A RECEBER

A entidade controla as contas de clientes por meio de sistema gerencial, julgado necessário para os controles de duplicatas e vencimentos. As contas agregadas de grupo tem a finalidade de simplificar os lançamentos de acordo com a ITG 1000.

O saldo de Créditos a receber na data de 31/12/2019 é do valor de R\$ 245.877,64 referente aos repasses não realizados pelo Governo do Estado do Tocantins e Prefeituras Municipais.

2.4 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.5 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O reconhecimento de receitas, custos e despesas na demonstração do resultado é feito com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

2.6 IMOBILIZADO

Os bens móveis e imóveis são avaliados, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção, deduzidas das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua vida útil econômica determinada pelo CPC 27, pelo método linear. A Entidade determina os limites do Valor Residual de seus bens para fins de adequação ao Valor Recuperável de seus Ativos Patrimoniais. A Entidade dispõe de controle do imobilizado satisfazendo suas necessidades atuais com controles internos, gerenciais e contábeis. Há esforços em andamento para modernização de seu controle de imobilizado.

O Imobilizado está apresentado por seus valores originais corrigidos e Ajustados ao Valor Justo até o exercício findo de 2019, com indicação inclusive da Depreciação Acumulada, nas taxas anuais aplicadas conforme os grupos a seguir:

sisepe-to.org.br

63 99239-4990



atendimento@sisepe-to.org.br



O-1, Lote 69, CEP: 77.015-028, Palmas-TO

01/03/2020 10:02:20/2021 P58036 Pag. 2/2

01/03/2020 10:02:20/2021 P58036 Pag. 8/22

CONTAS	CUSTO TOTAL AJUSTADO	DEPREC. ACUMULADA	IMOBILIZADO LÍQUIDO	% VALOR RESIDUAL	VALOR RESIDUAL	% DEPREC. ANO
Aparelho telefônico	R\$ 6.445,48	-R\$ 3.353,81	R\$ 3.091,67	40,10%	R\$ 3.378,19	20,00%
Comunicações e telefones	R\$ 120.465,41	-R\$ 63.338,55	R\$ 57.126,78	40,20%	R\$ 43.186,13	10,00%
Educação	R\$ 964.622,40	-R\$ 346.342,01	R\$ 618.280,39	45,70%	R\$ 434.003,50	4,70%
Transporte e perfêreos	R\$ 35.893,95	-R\$ 17.853,84	R\$ 18.040,11	40,00%	R\$ 14.333,58	10,00%
Máquinas e equipamentos	R\$ 1.114,60	-R\$ 61.703,03	R\$ 54.432,57	30,38%	R\$ 59.670,80	10,00%
Móveis e aparelhos	R\$ 114.845,72	-R\$ 128.857,49	R\$ 93.988,23	30,00%	R\$ 107.422,07	10,00%
Veículos	R\$ 329.093,14	-R\$ 158.324,53	R\$ 170.768,61	40,00%	R\$ 131.945,20	10,00%
TOTAL	R\$ 1.792.297,64	-R\$ 776.493,27	R\$ 1.015.804,37		R\$ 796.458,41	

2.7 INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	VALOR
Linhas Telefônicas	R\$ 1.422,85
Contas de Capital - Sicted	R\$ 7.386,74
Terrenos	R\$ 2.299.134,64
TOTAL	R\$ 2.297.823,23

2.8 PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis atuais, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.9 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

A entidade controla as contas de fornecedores por meio do sistema gerencial, julgado necessário para os controles de duplicatas e vencimentos. As contas são individualizadas e têm a finalidade de simplificar os lançamentos de acordo com a Lei 1000.

2.10 PROVISÕES FÉRMAS, 13º SALÁRIO E ENCARGOS

A provisão de férias, 13º Salário, INSS patronal, FGTS e PIS, foram geradas dentro do limite aquisitivo do funcionário, com base em relatórios emitidos pelo sistema de pessoal.

2.11 PROVISÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DE CONTINGENCIAMENTOS, INCLUSIVE JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando a Sindicato tem uma obrigação ou direito presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma entrada ou saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, considerando que uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os passivos de contingentes judiciais são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerada provável a perda de uma ação judicial ou administrativa.



2.12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido desta entidade é constituído pelos valores originais de Superávit ou Déficit, apurados no final de cada exercício, além de contemplar os ajustes do exercício anterior, bem como os reflexos de ajuste de avaliação patrimonial de imóveis.

3. COBERTURA DE SEGUROS

4. FATOS REVELANTES

5. EVENTOS SUBSEQUENTES RELACIONADOS À OPERACIONALIDADE

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo.

Acreditamos que ainda não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-lo, porém, neste momento, cabe alertar quanto aos cuidados nas divulgações dos impactos, mensuráveis ou não, riscos e incertezas associados com a publicação de informações contábeis e financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2019 ou em datas posteriores. Não há elementos suficientes para colocar em risco a continuidade operação da entidade.

Palmas, 31 de dezembro de 2019.

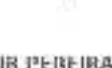

CLEITON LIMA PINHEIRO
PRESIDENTE
CPF: 530.094.361-49


**ANTÔNIO CARLOS
CHAVES DA ROCHA**
DIRETOR FINANCEIRO
CPF: 446.232.163-49


MARIANA LOPES COSTA
CPF: 018.320.691-17
CRC - TO 98140 CONTADOR


PAULÉLIO AZEVEDO FILHO
MEMBRO EFETIVO DO
CONSELHO FISCAL
CPF: 549.562.181-68


LUIS SERGIO SIMÃO
MEMBRO EFETIVO DO
CONSELHO FISCAL - LICENCIADO
CPF: 058.695.158-07


EDIR PEREIRA DOS SANTOS
MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO
FISCAL - LICENCIADO
CPF: 096.901.001-30


WAGNER CASTRO ANDRADE LINHARES
MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
CPF: 713.397.101-10


SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA
MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
CPF: 377.397.351-91

PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2019

11

Os membros do Conselho Fiscal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, 35, 36 do Estatuto do SISEPE-TO, por convocação de seu Presidente, reuniram-se no dia 5, 24 de novembro de 2020, na sede do Sindicato, para analisar e emitir parecer técnico sobre o balanço anual do exercício de 2019.

Considerando que o art. 73, do Estatuto do SISEPE-TO determina que na Assembleia Geral Ordinária no mês de dezembro será apresentado o balanço anual com as demonstrações financeiras e demais documentos do exercício financeiro do ano anterior e Parecer Técnico do Conselho Fiscal;

Considerando que a Diretoria Executiva cumpriu os prazos previstos no art. 78 e § 1º do art. 74 do Estatuto do SISEPE-TO;

Considerando que ao analisar mensalmente as demonstrações financeiras do exercício de 2019, o Conselho Fiscal, juntamente com a Contabilidade deste Sindicato, constatou a legalidade sobre todas as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras e patrimoniais;

Considerando que ao analisar o balanço anual do exercício de 2019 e demonstrações financeiras, conforme determina o § 2º do art. 36 do Estatuto de Sindicato;

Considerando ainda que ao longo do ano de 2019, verificou-se que todas as demonstrações financeiras e patrimoniais se mostraram adequadas às práticas contábeis adotadas pela legislação vigente, pela determinação e artigo 551, § 8º da CLT, bem como atestamos a correta aplicação dos recursos em todos os meses do ano de 2019;

Considerando que foram cumpridas os prazos previstos no Estatuto do SISEPE-TO, em relação às prestações de contas dos meses de Janeiro a Dezembro - SEM RESSALVAS;

Considerando que ao analisar as demonstrações financeiras e patrimoniais relativa ao ano supracitado, O Presidente do Conselho Fiscal, Paulênio Azevedo Filho, o Segundo Conselheiro Fiscal, Vagner Castro Andrade Linares, o Terceiro Conselheiro Fiscal, Sebastião Carlos Pereira da Silva, declararam os votos pela **APROVAÇÃO** e emissão do parecer técnico sobre o balanço anual do exercício de 2019.

Assim sendo, este órgão, por unanimidade, considera **REGULAR** em forma e conteúdo a presente demonstrações financeiras e patrimoniais, estando em condição de ser aprovada em Assembleia Geral.

É O PARECER.

Palmas - TO, sexta-feira 07 de agosto 2020.

Paulênio Azevedo Filho
Conselheiro Fiscal Eleito
Presidente e Relator

Vagner Castro Andrade Linares
Conselheiro Fiscal Suplente
1º Conselheiro Fiscal

Sebastião Carlos Pereira da Silva
Conselheiro Fiscal Suplente
2º Conselheiro Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos sindicalizados do **SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS - SISEPE-TO:**

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do SISEPE-TO que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SISEPE-TO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao SISEPE-TO de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

INCERTEZA SIGNIFICATIVA RELACIONADA À CONTINUIDADE OPERACIONAL

Chamamos a atenção para a Nota 4, FATOS RELEVANTES. Com a aprovação da reforma trabalhista em Novembro de 2017, determinando fim da contribuição sindical compulsória, o SISEPE-TO vem adotando várias medidas administrativas, como contenção de gastos, visando não prejudicar as atividades do Sindicato voltadas para a categoria.

E ainda na Nota 5 - EVENTOS SUBSEQUENTES RELACIONADOS À OPERACIONALIDADE, que em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nas demonstrações contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo.

Acreditamos que ainda não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la, porém, nesse momento, cabe alertar quanto aos cuidados nas divulgações dos impactos, mensuráveis ou não, riscos e incertezas associados com a publicação de informações contábeis e financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2019 ou em datas posteriores.

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da entidade de manter a sua continuidade nos mesmos moldes operacionais atuais. Evoluam os esforços da Entidade em se adequar de forma operacional. Podemos ressaltar que por meio de decisões estratégicas dos membros da Diretoria no contexto operacional é possível que a Entidade prossiga suas atividades de forma satisfatória mesmo com cortes de receitas relevantes. Não há elementos suficientes para colocar em risco a continuidade da operação da entidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis e não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- ✓ Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.



O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação de uso, pela administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Des assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, a que, dessa maneira constituem os Fatos Relevantes, descritos nas Notas Explicativas 5. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não dovesse ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

As demonstrações referentes ao ano de 2018, findas em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por nós com parecer sem ressalvas em 24 de maio de 2019.

Palmas-TO, 14 de maio de 2020.

CLAUDENIR DE SOUZA JUNIOR
AUDITOR CONTÁBIL
CRC TO 003314 O/B

standimento@sisepe-to.org.br

15

Após a apresentação da "cartilha" em "PowerPoint" "slide", o Presidente do Conselho Fiscal Paulênio Azevedo Filho, colocou em apreciação e deliberação a quantidade de sindicalizados para falar A FAVOR e CONTRA a APROVAÇÃO DO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2019, datado em 07/08/2020. Não houve inscritos. Ato contínuo, o Presidente do Conselho Fiscal Paulênio Azevedo Filho, deu início à abertura da votação, que findará às 11h45min, conforme deliberação. Assim, às 11h45min., (onze horas e quarenta e cinco minutos) finalizou a votação, uma vez que não havia mais sindicalizado na fila de votação. Após o término da votação foi realizada a "APURAÇÃO" contagem dos votos, ficando da seguinte forma: A votação teve 108 (cento e oito) VOTOS "SIM" AO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2019, datado em 07/08/2020; 17 (dezesete) VOTOS "NÃO" AO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2019, datado em 07/08/2020; Nenhum VOTO NULO e 02 (dois) VOTOS EM BRANCO, TOTALIZANDO 127 (cento e vinte e sete) VOTOS, "SINDICALIZADOS VOTANTES". Por fim, o Presidente do Conselho Fiscal Paulênio Azevedo Filho DECLAROU APROVADO COM 108 (CENTO E OITO) VOTOS A FAVOR DA APROVAÇÃO DO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2019. Sobre a PAUTA 2) APRECIÇÃO DE ASSUNTOS GERAIS. O Presidente de SISEPE-TO Cleiton Lima Pinheiro fez esclarecimentos sobre as demandas dos servidores públicos do Poder Executivo do Estado do Tocantins, referente à categoria representada pelo SISEPE-TO. Nada mais havendo, às 11h50min., (onze horas e cinquenta minutos), finalizou a Assembleia Geral Ordinária de PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO FINANCEIRA E BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2019, eu, ROGÉRIO RODRIGUES RANGEL, Suplente de Secretário Geral do SISEPE-TO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, e pelo Presidente desta entidade.


ROGÉRIO RODRIGUES RANGEL
Suplente de Secretário Geral do SISEPE-TO


CLEITON LIMA PINHEIRO
Presidente do SISEPE-TO

MOROMIZATO 敦

Cartório e Tabelionato de Protesto

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E TABELIONATO DE PROTESTOS DA COMARCA DE PALMAS-TO

Geraldo Henrique Moromizato
OFICIAL / TABELIÃO

CERTIDÃO

Eu, o(a) Escrevente Autorizado do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos da Comarca de Palmas-TO.

Certifico por dever de ofício, que consta averbado nesta Serventia às margens do registro nº 88, do **SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS - SISEPE TO** em **PESSOAS JURÍDICAS**, no livro **A**, em 10/02/2021, sob o protocolo nº **58.835 - A: AV-632**, a Ata da Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, realizada no dia 24/09/2020; sob o protocolo nº **58.836 - A: AV-633**, o Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial Nº 5732, datado de 25/11/2020; sob o protocolo nº **58.837 - A: AV-634**, o Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial Nº 5732, datado de 25/11/2020; sob o protocolo nº **58.838 - A: AV-635**, a Ata da Assembleia Geral Ordinária de "Prestação de Contas da Gestão Financeira e Balanço Patrimonial do Exercício de 2019", realizada no dia 18/12/2020 e sob o protocolo nº **58.839 - A: AV-636**, a Ata de Assembleia Geral Ordinária "Plano de Atividades e Previsão Orçamentária Anual Exercício 2021", realizada no dia 18/12/2020. Escrito o que se tinha a tornar público a teor e para os fins do § 1º do art. 16, da Lei Federal nº 6.015 de 31/12/1973, lavrei o presente Termo, que assino, em público e fiel testemunho da verdade. Dou fé.

Palmas/TO, 11 de fevereiro de 2021.


Ferdinando do Couto Souza
Escrevente Autorizado

SELO: 127035AAC128778-PLV. Consulte autenticidade em www.tjto.jus.br.

Emolumentos: R\$ 21,39
Outros: R\$ 0,00

Fund. Ekt.: R\$ 2,11
Correio: R\$ 0,00

Página(s) Extra(s): R\$ 0,00 ISS: R\$ 1,05
Total: R\$ 44,39

T.F.J.: R\$ 8,89

Funcoi: R\$ 11,54